



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DOS HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
DIRETORIA DE SUPERVISÃO E CONTROLE DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
GERÊNCIA DE MONITORAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Processo nº 178785/2025

Relatório nº 01/2022 – CG nº 004/2018/HRA
Período 01/01/2022 a 31/12/2022

RELATÓRIO Nº 01/2022
ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS
CG Nº 004/2018/HRA

Relatório final de análise das prestações de contas dos recursos recebidos pelo Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão (IMAS) para gestão do Hospital Regional Deputado Affonso Guizzo e Policlínica de Araranguá.

DADOS BÁSICOS

Instituição: Hospital Regional Deputado Affonso Guizzo e Policlínica de Araranguá (HRA)

Entidade: Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão (IMAS)

Contrato de Gestão nº: 004/2018 (vigência de 15/10/2018 a 14/10/2023)

Período da prestação de contas: 01/01/2022 a 31/12/2022

Red. GEMOS

Rua Esteves Júnior, 160 - 11º andar. Centro - Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8984 – 3664-5590 – 3664 -5591

e-mail: gemos@saude.sc.gov.br



INTRODUÇÃO

Este relatório destina-se a apresentar o resultado da análise da prestação de contas dos recursos públicos recebidos pela Organização Social Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão (IMAS) para gestão do Hospital Regional de Araranguá Deputado Affonso Ghizzo (HRA) e da Policlínica de Araranguá, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 004/2018.

O Contrato de Gestão (CG) estabelece o compromisso entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o IMAS para o gerenciamento, e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos na Unidade.

Em atendimento ao Plano de Ação de desenvolvido pela Controladoria Geral do Estado (CGE), resultado de auditoria realizada na SES, as análises das prestações de contas passaram a ser de responsabilidade da Gerência de Monitoramento das Organizações Sociais (GEMOS), com início efetivo em 20 de julho de 2022, retroativo a janeiro do mesmo ano.

A análise levou em consideração a legislação em vigor e foi conduzida buscando garantir a transparência e integridade da prestação e da aplicação dos recursos públicos, dentro dos princípios da administração pública.

Em concordância ao art. 47, §2º, da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (IN/TCE) n. 020/2015:

Art. 47. A prestação de contas não selecionada para autuação será considerada encerrada depois de transcorridos cinco anos da sua apresentação ao Tribunal de Contas.

§ 2º A hipótese deste artigo não impede o exame de eventuais irregularidades que o Tribunal venha ter conhecimento, por meio de processos específicos de fiscalização de atos e contratos administrativos e de auditoria de regularidade.

Considerando a possibilidade da identificação de fatos que não tenham sido verificados na análise de rotina, mas, que possam resultar em danos e impropriedades na aplicação dos recursos públicos - mediante demanda - essa prestação de contas mesmo finalizada poderá ser revisada.

I. METODOLOGIA

A prestação de contas, a partir de janeiro de 2022, passou a ser analisada por meio do Sistema de Prestação de Contas Econômico-financeiro (SIPEF), que foi contratado pelas Organizações Sociais em cumprimento à Instrução Normativa (IN) nº 04/2021 da Secretaria de Estado da Administração (SEA), substituída posteriormente pela IN nº 67/2024/SES.

O sistema já era atuante em outros estados e, portanto, não foi desenvolvido especificamente para Santa Catarina, de forma que possui especificidades além das utilizadas nas análises pela GEMOS, como é o caso dos módulos técnicos de contabilidade, patrimônio e judicial.

A Instrução Normativa nº 04/2021 estabelece que os lançamentos devem ser encaminhados para o Órgão Supervisor diariamente, ou seja, em um dia após a movimentação financeira, enquanto a transmissão mensal até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.



O SIPEF possibilita a inserção de documentos comprobatórios de despesas e seus respectivos pagamentos, no entanto, não dispõe de funções automatizadas para a verificação e confronto de dados, sendo similar a um banco de dados que é atualizado diariamente pelas organizações sociais. Logo, 100% das informações e documentos precisam ser averiguados pelos técnicos da Secretaria.

Além disso, qualquer consulta ou levantamento é feito mês a mês, pois o sistema não permite a definição de períodos além de mensal. Sofrem disso também os relatórios, que possuem o agravante de que as informações entregues não são confiáveis. Portanto, tudo é feito em planilha externa.

Dessa forma, considerando que o sistema não faz cálculos e/ou análises automatizadas, a gerência realiza o acompanhamento de toda movimentação por meio de conciliação própria em planilha Excel.

As análises se desenvolvem na revisão dos registros financeiros no sistema em conformidade à documentação comprobatória, e na verificação das transações bancárias. Bem como a verificação da conformidade com as leis, regulamentos e instruções normativas pertinentes.

Para a análise há a necessidade da apresentação dos extratos bancários diariamente, de todas as contas, corrente e aplicação e mesmo sem movimento para que a SES faça o acompanhamento da movimentação diária, e depois consolidada no final do mês. A pedido da SES, foi implementado no SIPEF a data de inserção desses documentos; contudo, nesta prestação esta informação não estava disponível, impossibilitando identificar quais documentos foram inseridos de forma extemporânea.

No período analisado não foi verificado a conciliação entre contas bancárias, denominados lançamentos pares - aparentemente - as equipes das Organizações Sociais não foram capacitadas de maneira adequada pela detentora do sistema e não realizaram esses lançamentos, o que demandaria mais tempo para regularização. Para tanto, essa verificação foi realizada posteriormente.

Tais registros não impactam nas verificações efetuadas, uma vez que não se referem às análises de prestação de contas, mas ao controle financeiro e contábil. São normas financeiras do sistema.

Tendo em vista a demanda inicial das análises, levando em consideração o que já constava pendente em 20/07/2022 e os lançamentos diários, após diversas reuniões com a área envolvida (Diretoria de Supervisão e Controle das Organizações Sociais (DSOS) e Gerência de Acompanhamento das Metas Contratuais (GAEMC)), foi definido que, nos pagamentos sem a comprovação dos orçamentos, seriam solicitados os comprovantes (ou justificativas no caso da ausência deles) das despesas acima de R\$ 8.000,00.

A decisão pelo limite levou em conta a Lei das Licitações n.º 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I – [...]

II - ... serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior [10% de R\$80.000,00] ...;

Da mesma forma, e ainda, considerando (i) os desafios enfrentados pela Equipe da GEMOS, (ii) as dificuldades das próprias OSs que buscavam se adequar ao novo sistema e (iii) a necessidade urgente em sanar as pendências e regularizar as análises, foi determinado que não seriam solicitadas as correções nas situações de, exclusivamente, ausência da formalização das assinaturas do Diretor-Geral ou Técnico nas notas fiscais.



Levou-se em consideração, neste caso, o fato de que os pagamentos já haviam acontecido e a responsabilidade dos Diretores sobre uma despesa equivocada é mantida, uma vez que deve zelar pela administração geral da Unidade.

No período da prestação de contas a Gerência de Monitoramento atuou nas análises das informações do módulo Financeiro – abas documentos e extrato. No entanto, sempre alertamos para a necessidade de alimentação dos módulos de prestação de contas, recursos humanos, patrimônio, judicial e contabilidade e sempre evidenciaram que não tínhamos autonomia para dispensar a alimentação de nenhum campo.

II. FONTE DOS DADOS PARA AS ANÁLISES

- Contrato de Gestão nº 004/2018
- Informações prestadas por meio do Sistema da Prestação de Contas (SIPEF)
- Processos autuados no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe). Conforme relação abaixo:

Quadro 1 – Relação dos processos SGPe

Processo	Assunto
SES 112520/2022	Encaminhamentos e acompanhamento sobre as análises das prestações de contas/2022
SES 074894/2022	Movimentação dos recursos em banco oficial, conforme Instrução Normativa 12/2020/SEA
SES 170276/2022	Disponibilização de site para acesso à informação e transparência
SES 185505/2022	Movimentações bancárias entre os contratos de gestão 002 e 004/2018
SES 201711/2022	Notificação referente movimentação entre contas e descumprimento IN 12/2020
SES 227021/2022	Análise técnica sobre a conformidade de emissão das notas fiscais por prestador de serviço
SES 233108/2022	Acompanhar a aplicação financeira em Fundos de Dívida Pública, conforme IN 12/2020/SEA
SES 044360/2023	Acompanhamento de impostos pendentes.

Fonte: SGPe <<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>>

III. INFORMAÇÕES GERAIS

A Gerência de Monitoramento (GEMOS) iniciou as análises em 20 de julho de 2022, abrangendo o volume de dados acumulados desde janeiro do mesmo ano e o processo de verificação foi conduzido de forma gradativa e, sempre que possível realizado concomitante às prestações das informações diárias.

O sistema de prestação de contas permite o acesso imediato aos documentos comprobatórios e viabiliza até três oportunidades para corrigir as informações e documentos apresentados.

O exercício de 2022 resultou em 10.483 análises, distribuídas entre as seguintes situações:

Tabela 1 – Quantidade de lançamentos

Situação	Quantidade
Operações bancárias válidas	7.798
Reanálises e correções	3.085
Total de lançamentos analisados	10.483

Fonte: Planilha própria baseada nos dados do SIPEF



Do total, 7.798 operações financeiras foram efetivamente validadas. Os demais lançamentos correspondem a registros devolvidos para correção, em razão de inconsistências identificadas durante a análise.

1. Recursos Financeiros

O Contrato de Gestão nº 004/2018, que estabelece o compromisso entre a SES e o IMAS para o gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde no HRA e na Policlínica, em sua Cláusula Quinta que trata dos recursos financeiros e da dotação orçamentária prevê:

5.3. Para a execução do objeto deste instrumento, o Órgão Supervisor repassará à Executora, no prazo e condições constantes deste instrumento e seus Anexos, o valor global estimado em R\$ 253.190.130,00 (duzentos e cinquenta e três milhões, cento e noventa mil, cento e trinta reais);

O valor acima indicado refere-se ao valor global dos cinco anos do contrato de gestão, resultando numa parcela inicial de R\$ 4.219.835,50, em novembro/2018. A partir de janeiro/2022, conforme Apostilamento nº 2, a parcela passou a R\$ 4.721.892,16.

2. Saldos

Abaixo segue tabela demonstrativa dos saldos iniciais e finais das contas bancárias, conforme os extratos mensais de todo o período:

Tabela 2 – Saldos financeiros conforme extratos bancários

Dados Gerais		Custeio n.42851-5 - Banco BB		Custeio n.18855-0 - Banco Itaú		Investimento n.22889-3 - Banco Unicred		Locação n.21189-9 - Banco Itaú		Fundo de Reserva n.44531-2 - Banco BB		Investimento n.45355-2 - Banco BB		Excepcionais n. /Banco	
Mês	Saldos	Corrente	Aplicação	Corrente	Aplicação	Corrente	Aplicação	Corrente	Aplicação	Corrente	Aplicação	Corrente	Aplicação	Corrente	Aplicação
Janeiro	Inicial	-	55.742,98	2,10	-	11.245,84	-	10,00	9.269,62	-	377.138,14	-	-	-	-
	Final	255.111,88	-	10,00	474,86	2.521,00	-	10,00	15.292,55	50,72	378.583,40	-	-	-	-
Fevereiro	Inicial	255.111,88	-	10,00	474,86	2.521,00	-	10,00	15.292,55	50,72	378.583,40	-	-	-	-
	Final	2.620.303,29	-	-6.013,25	-	40.062,68	-	10,00	906,63	497,72	380.016,51	-	-	-	-
Março	Inicial	2.620.303,29	-	-6.013,25	-	40.062,68	-	10,00	906,63	497,72	380.016,51	-	-	-	-
	Final	2.092.543,56	-	10,00	1.448,51	36.178,32	-	10,01	1.192,13	437,77	382.524,00	-	-	-	-
Abril	Inicial	2.092.543,56	-	10,00	1.448,51	36.178,32	-	10,01	1.192,13	437,77	382.524,00	-	-	-	-
	Final	1.294.127,56	-	10,00	1.777.717,58	35.455,75	-	10,00	868,82	377,82	384.813,12	-	-	-	-
Maio	Inicial	1.294.127,56	-	10,00	1.777.717,58	35.455,75	-	10,00	868,82	377,82	384.813,12	-	-	-	-
	Final	3.085.211,35	-	10,00	1.551,49	29.036,51	-	10,01	2.480,82	317,87	387.659,46	-	-	-	-
Junho	Inicial	3.085.211,35	-	10,00	1.551,49	29.036,51	-	10,01	2.480,82	317,87	387.659,46	-	-	-	-
	Final	1.518.443,77	-	10,00	1.547.932,72	23.247,37	-	10,00	2.490,10	-	390.483,21	-	-	-	-
Julho	Inicial	1.518.443,77	-	10,00	1.547.932,72	23.247,37	-	10,00	2.490,10	-	390.483,21	-	-	-	-
	Final	1.439.463,34	-	10,00	1.514.649,55	-	-	10,00	355,61	458,98	393.416,32	20.390,73	-	-	-
Agosto	Inicial	1.439.463,34	-	10,00	1.514.649,55	-	-	10,00	355,61	458,98	393.416,32	20.390,73	-	-	-
	Final	3.472.317,68	-	10,00	4.993,13	1.457.655,79	-	7,97	-	399,03	396.830,40	20.330,78	-	-	-
Setembro	Inicial	3.472.317,68	-	10,00	4.993,13	1.457.655,79	-	7,97	-	399,03	396.830,40	20.330,78	-	-	-
	Final	3.426.464,89	-	10,00	2.504,52	662,99	1.446.322,52	10,00	1.588,27	339,08	400.003,84	5.689,63	-	-	-
Outubro	Inicial	3.426.464,89	-	10,00	2.504,52	662,99	1.446.322,52	10,00	1.588,27	339,08	400.003,84	5.689,63	-	-	-
	Final	3.994.922,91	500,00	10,00	8.732,47	10.998,24	1.430.500,73	10,01	2.196,62	279,13	403.049,44	55.687,87	-	-	-
Novembro	Inicial	3.994.922,91	500,00	10,00	8.732,47	10.998,24	1.430.500,73	10,01	2.196,62	279,13	403.049,44	55.687,87	-	-	-
	Final	4.121.634,89	6.143,53	10,00	2.078,30	10.991,62	268.602,88	10,00	3.801,64	219,18	406.125,12	51.175,67	-	-	-
Dezembro	Inicial	4.121.634,89	6.143,53	10,00	2.078,30	10.991,62	268.602,88	10,00	3.801,64	219,18	406.125,12	51.175,67	-	-	-
	Final	4.263.585,75	444.033,31	10,00	9.139,27	11.072,92	268.602,88	10,00	5.025,85	159,23	409.539,20	48.840,72	-	-	-

Fonte: Conciliação Financeira GEMOS – baseada no SIPEF

O exercício foi encerrado com o saldo em conta de R\$ 5.460.019,13 e os recursos aplicados renderam o valor de R\$ 77.155,44.

3. Repasses

A Secretaria repassou o montante de R\$ 70.942.629,91, conforme detalhamento mensal abaixo:

Red. GEMOS

Rua Esteves Júnior, 160 - 11º andar. Centro - Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8984 – 3664-5590 – 3664 -5591

e-mail: gemos@saude.sc.gov.br



Tabela 3 – Demonstrativo dos repasses

Mês	Valor
Janeiro	4.177.637,14
Fevereiro	8.323.044,04
Março	5.023.591,82
Abril	5.878.454,88
Maio	5.073.827,74
Junho	5.023.591,82
Julho	5.023.591,82
Agosto	8.006.687,89
Setembro	5.995.389,02
Outubro	6.111.879,12
Novembro	6.052.467,31
Dezembro	6.252.467,31
Total	70.942.629,91

Fonte: Conciliação Financeira GEMOS – baseada no SIPEF

Desse valor, R\$ 110.795,41 foram repassados a título de investimento, em acordo ao Contrato de Gestão:

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.11. A Executora poderá utilizar até 1% (um por cento) do valor do repasse a título de investimento, que se refere à aquisição de bens permanentes e adequações físicas, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 1.323, de 21 de dezembro de 2012, ou legislação que vier a substituí-lo, devendo para tais despesas obter prévia autorização do Órgão Supervisor.

Ainda, R\$ 2.114.916,67 foram repassados para investimentos por meio dos termos aditivos descritos abaixo:

- 14º TA:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a Implantação de 5 (cinco) leitos de UTI neonatal no Hospital Regional de Araranguá – HRA, de acordo com o Contrato de Gestão nº 04/2018, devido à necessidade urgente na disponibilização de leitos de UTI neonatal na Região Sul do Estado.

- 17º TA:

O presente Termo Aditivo tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 1.355.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil reais), a título de investimento, para aquisição de 1 (um) Aparelho de Tomografia para o Hospital Regional de Araranguá – HRA.

- 18º TA:

O presente Termo Aditivo tem por objeto o repasse de recursos no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em parcela única, à Organização Social Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão - IMAS, conforme a Emenda Impositiva nº 1023/2019, para aquisição de um Aparelho de Radiologia, de acordo com as especificações técnicas de folhas 383 a 385 do Processo



SCC 4112/2020, destinado ao Hospital Regional Deputado Afonso Ghizzo.

Nestes casos, além da prestação de contas financeira, a Organização Social tem o compromisso junto à Gerência de Patrimônio (GEPAT) da SES de apresentar os comprovantes fiscais para que proceda ao registro do patrimônio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS BENS

7.6. Todo o patrimônio adquirido exclusivamente na execução do objeto do Contrato de Gestão, ainda que com recursos provenientes de convênios e instrumentos congêneres ou recebidos em doações, deverá ser incorporado ao patrimônio da SES/SC, até 30 (trinta) dias após a aquisição ou doação, conforme procedimentos estabelecidos e coordenados pela Gerência de Patrimônio da SES/SC.

4. Despesas

No exercício foram apresentadas despesas no valor total de R\$ 72.480.997,27, distribuídas mensalmente conforme tabela abaixo:

Tabela 4 - Despesas do período

Mês	Total
Janeiro	5.703.847,90
Fevereiro	7.501.227,10
Março	6.460.550,57
Abril	5.066.385,99
Maiο	5.616.203,30
Junho	5.684.945,00
Julho	5.170.478,10
Agosto	6.361.460,14
Setembro	6.462.030,13
Outubro	5.615.793,76
Novembro	7.135.292,07
Dezembro	5.702.783,21
Total Geral	72.480.997,27

Fonte: Conciliação Financeira GEMOS – baseada no SIPEF

As despesas são validadas por meio de documentos financeiros, comprovantes bancários, boletos, faturas, entre outros. É verificada a conformidade quanto a emissão, endereço da unidade atendida, valores, descrição dos serviços executados, assinaturas e integridade dos documentos.

5. Fundo de Reserva

O contrato prevê a composição de Fundo de Reserva:

5.9. A Executora deverá formar Fundo de Reserva, em conta específica de sua titularidade, para cobrir eventuais condenações judiciais decorrentes de responsabilidade civil e trabalhistas, além de autuações administrativas impostas à Executora, em decorrência do cumprimento do objeto do Contrato de Gestão, conforme regulamentação abaixo:



5.9.1. O Fundo será constituído mensalmente pela Executora, na proporção de 1/12 da subvenção mensal devida na competência, até o limite total do valor correspondente a dois repasses mensais.

Esse item será tratado na Verificação nº 21.

6. Despesas Administrativas

O contrato disponibiliza até o percentual de 3% (três por cento) do valor mensal de custeio para despesas da Matriz, desde que estejam relacionadas com os serviços da Unidade administrada:

5.8. As despesas administrativas da matriz da Organização Social que estiverem relacionadas com os serviços prestados no HOSPITAL, obedecida à proporcionalidade, poderão ser ressarcidas pela rubrica contábil de despesa operacional da Executora, sobre os valores mensais do Anexo Técnico III - Sistema de Pagamento, até o limite de 3% (três por cento) do valor mensal de custeio deste Contrato,... e mediante comprovação na prestação de contas,

5.8.1. No caso da Organização Social ser Executora de mais de um Contrato de Gestão, o valor mensal alocado para as despesas administrativas da matriz, para todos os Contratos com este Gestor, não poderá exceder o limite de 3% referente ao Contrato com maior valor mensal.

No período não foram dispensados recursos do CG 004/2018 para esse fim.

IV - ANÁLISES - EVIDÊNCIAS

Abaixo seguiremos com os apontamentos referentes aos lançamentos apresentados pela Organização Social e que serão finalizados como: Aprovado, Erro Formal, Ressalva e Não Conformidade, onde:

Aprovado: Situação em que a análise da prestação de contas não identificou erros formais relevantes ou inconsistências que comprometam a regularidade da execução dos recursos. Indica conformidade com as normas, cláusulas contratuais e diretrizes aplicáveis, demonstrando adequada aplicação dos recursos públicos e atendimento satisfatório aos objetivos pactuados.

Erro Formal: Refere-se a erros burocráticos, técnicos ou documentais que não comprometem diretamente o uso dos recursos, mas podem dificultar a análise da prestação de contas ou estar fora das exigências formais do processo.

Ressalva: Advertência sobre algo que não está totalmente conforme o esperado, mas que não compromete a integridade da prestação de contas no seu todo. Indica que houve alguma inconsistência, divergência, imprecisão ou falta de documentação.

Não Conformidade: Descumprimento de normas, diretrizes, cláusulas contratuais ou critérios estabelecidos para a execução do objeto do contrato de gestão, identificando-se ações ou omissões que comprometem a regularidade da aplicação dos recursos públicos.

A definição dessas conclusões levou em consideração o tempo decorrido desde o início das análises e a possibilidade de adequação da prestação de contas pela Organização Social.



VERIFICAÇÃO 1 – Regularidade no envio das prestações de contas – Matriz 0200

De acordo com a IN nº 004/2021, as informações financeiras devem ser enviadas até um dia após o pagamento e as transmissões de dados mensais até o 15º dia do mês subsequente. Além disso, a gerência convencionou que as restrições e ocorrências deveriam ser respondidas em até 10 dias.

Por meio do processo nº SES 112520/2022 foram repassadas rotinas que seriam adotadas nas análises, as orientações sobre os envios das prestações de contas, bem como os prazos para atendimento das pendências de envio das informações e documentos.

Nas análises identificaram-se módulos sem informações, - judicial, contabilidade e patrimônio, embora não analisados pela GEMOS havia o compromisso de serem alimentados. Diante do apontamento a OS se manifestou:

Considerando o módulo, Recursos Humanos está sendo preenchidas as competências...

Considerando os módulos de: Contabilidade; Patrimônio e Judicial vamos dar andamento na inserção das informações.

Salientando sobre retorno ou respostas das restrições via SIPEF, não tínhamos conhecimento das restrições tendo em vista que o sistema SIPEF não apresentou. Somente quando recebemos o presente ofício que conseguimos identificar, sendo aberto um chamado de melhorias para a empresa resolver esse problema, para que não ocorra demora no atendimento das restrições. Vale destacar que até a presente data já resolvemos mais de 50% das restrições.

A partir de então a Organização Social se mostrou disposta a sanar as pendências conforme solicitações da Secretaria, respondendo às restrições e corrigindo os erros apontados em tempo hábil.

Conclusão: Aprovado

VERIFICAÇÃO 2 – Extratos

Conforme regra, os extratos deveriam ser inseridos todos os dias no sistema para que as análises fossem diárias (de acordo com os pagamentos) e esses pudessem ser consolidados no final do mês – são necessários extratos de todas as contas, corrente e aplicação, mesmo sem movimento, para que a SES acompanhe a movimentação diária.

Em relação às prestações de contas do HRA, a grande maioria dos documentos já constava no sistema e eventuais inserções extemporâneas não dificultaram as verificações, uma vez que a GEMOS iniciou com sete meses já decorridos do exercício de 2022 e as análises puderam ser efetuadas pelos extratos mensais.

Conclusão: Aprovado

VERIFICAÇÃO 3 – Comprovação de despesa de vale alimentação

Pagamento de despesas com vale refeição para empresa Ticket Serviços S/A sem apresentação de nota fiscal e com comprovação do valor por meio de relatório do pessoal beneficiado.

Questionados, a Unidade, bem como da empresa, justificaram que não há obrigatoriedade da emissão de nota fiscal de acordo com legislação do estado de São Paulo - onde é a sede da empresa.



Diante disso foi autuado o processo nº SES 227021/2022 para consulta técnica à Gerência de Contabilidade (GECOT) que emitiu o Parecer nº 02/2023, com a seguinte conclusão:

Sendo assim, entende-se que a base de cálculo do ISS é o valor do serviço, ou seja, o valor da taxa de administração acordada no contrato entre as partes. Considerando a exigência do programa PAT, deve haver emissão de NFS-e mesmo que conste no contrato taxa de administração zero. E segundo a legislação do Município de São Paulo é possível incluir o valor repassado a terceiro na nota fiscal de serviço, no campo “valor total recebido”.

Destaca-se que o valor repassado a título de benefício será tributado através da emissão do documento fiscal por parte da fornecedora de alimentação coletiva (empresas credenciadas para aceitar os vales) e não pela prestadora de serviço de alimentação coletiva (TICKET)

Após conhecimento do parecer a OS enviou justificativa:

... ressaltamos que a empresa é de vale alimentação que traz liberdade para nossos colaboradores de escolha para comprar alimentos em uma ampla rede credenciada Atualmente é feito a transferência do vale alimentação pela empresa sem custo nenhum, o total pago é transferido para os colaboradores. **Salientamos que a empresa Ticket não recebe recursos a título de taxa e por este motivo as NFs foram mantidas da forma que vinham sendo emitida.** (Grifo nosso)

Dessa forma as despesas foram aprovadas em acordo ao parecer da Gerência de Contabilidade
Conclusão: Aprovado

VERIFICAÇÃO 4 – Erros operacionais

Foram identificados erros operacionais e cotidianos - típicos de rotinas administrativas - como falhas de digitação e ausência de informações necessárias.

Não foram solicitadas todas as correções considerando o volume de lançamentos que teriam que ser devolvidos. A equipe da SES foi orientada a aprovar de maneira especial considerando que novos lançamentos deveriam vir corretos e a OS foi recomendada a rever fluxos para corrigir as pendências.

Conclusão: Erro formal

VERIFICAÇÃO 5 – Falta de padronização e qualidade no campo “Participantes”

Durante as análises dos lançamentos na matriz nº 0200 do SIPEF, encontramos bastantes divergências entre as informações apresentadas e os dados oficiais dos comprovantes.

Sem cadastro prévio, único ou padronizado, os fornecedores e prestadores de serviços foram identificados com diversas nomenclaturas para a mesma empresa, dificultando as análises e impossibilitando qualquer controle ou levantamentos de forma segura e ágil pela SES.



Abaixo segue exemplo, na primeira coluna o formato correto conforme Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na Receita Federal do Brasil (RFB) e na segunda coluna os formatos apresentados pela OS:

Quadro 2 – Falta de padronização campo "Participante"

Nome conforme RFB	Participante conforme apresentado no SIPEF
1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1000 Medic Dist Imp Exp de Medicamentos Ltda
	1000medic Dist.imp Exp de Med Ltda
	1000medic Distribuidora Importadora Exportadora de Medicamentos Ltda
BIONEXO S.A.	Bionexo do Brasil Solucoes Digitais Eireli
	BIONEXO S A
	bionexo s a
	Bionexo S.A
C4 SOLUCOES PARA DIAGNOSTICOS LTDA	C4 COLUCOES P DIAGNOSTICOS
	C4 SOLUCÇÕES
	C4 SOLUÇÕES
	c4 soluções
	C4 SOLUÇÕES P DIAGNOSTICOS
	C4 SOLUCOES PARA DIAGNOSTICOS
	C4 Solucoes Para Diagnosticos Eireli
	C4 Soluções Para Diagnósticos Eireli
	C4 Solucoes Para Diagnosticos Eireli (Labourt Sc)
	C4 SOLUCOES PARA DIAGNOSTICOS LTDA
FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	Fufa - Sc Distribuidora Hospitalar Ltda
	FUFA SC COM E REPRES
	fufa sc com e representacao
	FUFA SC COMERCIO
	FUFA SC COMERCIO E REPRES
	FUFA SC COMERCIO E REPRESENTACAO
	FUFA SC COMERCIO E REPRESENTAÇÃO
	Fufa-Sc Comercio e Representacao Ltda
	Fufa-Sc Comércio e Representação Ltda
	Fufa-Sc Distribuidora Hospitalar Ltda
TICKET SERVICOS AS	ticket serviços s a
	TICKET SERVIÇOS S A
	TICKET SERVICOS S.A.
	Ticket Serviços S/a
	TICKETS SERVICOS S.A.

Fonte SIPEF: Aba Financeiro

Registra-se que não foram trazidos todos os eventos, mas exemplos. E não foram corrigidos considerando o tempo exíguo e o volume de lançamentos para serem analisados.

Esse tipo de problemas impossibilita a publicidade dos dados no Portal Transparência, pois não há segurança nas informações que devem ser disponibilizadas.

Conclusão: Erro formal

VERIFICAÇÃO 6 – Falta de padronização e qualidade no campo "Operação"

Além das situações acima, foram apresentadas informações de mesmo 'Participante' com 'Operações' diversas.

Quadro 3 – Falta de padronização no campo "Operação"

Operação	Participante
Pagto.Fornecedores[D]	CELESC DISTRIBUICAO S.A



Pagto.Titulos Concessionarias (Agua, luz, Telefone)[D]	
Pagto.Fornecedores[D]	M.Z. PEREIRA & CIA LTDA
Pagto.Titulos Concessionarias (Agua, luz, Telefone)[D]	
Contratação Emprestimo/Financiamento[D]	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Pagto.Fornecedores[D]	
Pagto.Titulos Concessionarias (Agua, luz, Telefone)[D]	
Custas Processuais[D]	SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTICA
Pagto.Titulos Concessionarias (Agua, luz, Telefone)[D]	
Pagto.Tributos, Taxas e Contribuições[D]	
Pagto.Fornecedores[D]	TICKET SERVICOS SA
Encargos Sobre Folha Pagto[D]	
Pagto.Titulos Concessionarias (Agua, luz, Telefone)[D]	

Fonte SIPEF: Aba Financeiro

Da mesma forma, essas divergências impossibilitam a publicidade dos dados no Portal Transparência.

Conclusão: Erro formal

VERIFICAÇÃO 7 – CNPJ do HRA

No período desta análise foram enviados 1.846 lançamentos com o CNPJ nº 28.700.530.0006-76 que é utilizado para movimentação dos recursos repassados para a gestão do Hospital Regional de Araranguá. No entanto, esse CNPJ foi distribuído, equivocadamente, entre 31 tipos de operação, dentre eles pagamento a fornecedores e rescisão trabalhista.

Conclusão: Erro formal

VERIFICAÇÃO 8 – Ausência de 34 comprovantes

Depois de esgotadas as tentativas de solução via SIPEF e considerando a importância da comprovação das despesas foi enviado Ofício 211/2022/GEMOS, reiterando a necessidade de apresentação dos comprovantes, que foram anexados no processo SGPe nº SES 112520/2022, páginas 18 a 50,

No SIPEF os lançamentos foram finalizados sem os comprovantes porque já haviam sido usadas todas as possibilidades de correção.

Conclusão: Erro formal.

VERIFICAÇÃO 9 – Ausência de assinaturas

É de responsabilidade da Organização Social validar e autorizar todas as despesas mediante as assinaturas do Diretor-Geral – ou Técnico, no caso de despesas médicas – e da área financeira de maneira prévia ao pagamento, visando a boa aplicação dos recursos públicos. No entanto, a grande maioria das despesas não constava assinaturas.

Durante o andamento do processo, devido ao volume da demanda, o tempo transcorrido e o fato de que as despesas efetivamente já estavam pagas – conforme definido internamente em conjunto com a Área Técnica da SES (DSOS e GAEMC) –, a equipe foi orientada que as despesas sem assinaturas e que tivessem outras restrições teriam as correções solicitadas. Nas demais situações, seriam pedidas apenas nos casos dos pagamentos acima de R\$ 8.000,00.

Além disso, sempre que solicitado os documentos foram apresentados com as assinaturas.

Conclusão: Ressalva

Red. GEMOS

Rua Esteves Júnior, 160 - 11º andar. Centro - Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8984 – 3664-5590 – 3664 -5591

e-mail: gemos@saude.sc.gov.br



VERIFICAÇÃO 10 – Ausência de orçamentos ou cotações ou pesquisas de preços

Foram identificadas despesas sem a apresentação dos orçamentos ou pesquisas de preços.

Registra-se que a Organização Social buscou, gradativamente, se adequar à regra. Além disso, sempre que solicitados os orçamentos foram apresentados.

No entanto, levando em consideração a demanda e a necessidade iminente de atualizar e finalizar as análises - conforme definido internamente em conjunto com a Área Técnica da SES (DSOS e GAEMC) – a equipe foi orientada que seriam solicitados orçamentos apenas nas despesas acima de R\$ 8.000,00.

Conclusão: Ressalva

VERIFICAÇÃO 11 - Orçamento inadequado

Foi apresentado como comprovação de orçamento o envio de e-mails para duas empresas com a mesma data da efetivação da despesa, além disso, que cada um foi encaminhado por um setor distinto no Hospital e com texto diferente, o que impossibilita a análise da proposta de forma igualitária e ainda, contraria o regulamento de compras e contratação que prevê a apresentação mínima de três orçamentos.

Art. 7º [...]

§ 2º –

I) A coleta de preço será realizada via e-mail, com participação de, no mínimo, 03 (três) fornecedores...

Tratava-se de locação emergencial de arco-cirúrgico, no valor de R\$ 10.000,00 e a Organização Social foi orientada a respeito.

Conclusão: Ressalva

VERIFICAÇÃO 12 – Pagamento indevido – bloqueio judicial

Identificado um bloqueio judicial na conta do custeio do contrato de gestão no valor de R\$ 12.477,12, referente a processo judicial que não se referia ao Hospital Regional de Araranguá.

Posteriormente a Organização Social regularizou a situação enviando o comprovante no processo SES 112520/2022, página 64.

Conclusão: Ressalva.

VERIFICAÇÃO 13 – Despesas com consultorias

Abaixo segue tabela evidenciando as despesas com consultoria que foram identificadas no período da análise:

Tabela 5 – Despesas com Consultorias

Participante	Valor Pago	Valor Mês
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	93.387,50
PAGLIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS	70.387,50	
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	78.847,50
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	
PAGLIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS	32.847,50	55.847,50
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	
PAGLIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS	32.847,50	55.847,50
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DOS HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
DIRETORIA DE SUPERVISÃO E CONTROLE DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
GERÊNCIA DE MONITORAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

PAGLIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS	32.847,50	
KLZ - SERVICOS CONTABEIS E ASSESSORIA LTDA	2.942,00	
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	58.789,50
PAGLIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS	32.847,50	
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	23.000,00
KLZ - SERVICOS CONTABEIS E ASSESSORIA LTDA	2.942,00	
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	58.789,50
PAGLIA & ADVOGADOS ASSOCIADOS	32.847,50	
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	23.000,00
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	23.000,00
DOMAINCONTABIL SERVICOS CONTABEIS LTDA	1.616,40	
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	24.616,40
KLZ - SERVICOS CONTABEIS E ASSESSORIA LTDA	3.659,00	
OLIMPIERRI MALLMANN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	23.000,00	26.659,00
Total		521.784,40

Fonte SIPEF: Aba Financeiro

A partir de janeiro/2023, conforme Parecer Jurídico, as despesas com consultoria passaram a ser irregulares quando pagas com recursos diretos do contrato de gestão, devendo ser classificadas e pagas como despesas administrativas.

Conclusão: Ressalva

VERIFICAÇÃO 14 – Recursos financeiros mantidos em conta corrente

Ainda em 05/2022, antes mesmo de a GEMOS iniciar as análises das prestações de contas, a OS foi alertada pela gerência sobre a necessidade dos recursos serem mantidos aplicados.

Em junho/2022, a OS informou que (Ofício 239/2022): "... as contas no BANCO DO BRASIL estão aplicadas na forma de Investimento Fundo, conforme preconiza a Cláusula Quinta, item, 5.6 do contrato em questão." No entanto, no decorrer das análises identificamos que a OS não havia adotado a prática de aplicar o saldo diário em conta aplicação.

5.6. Os recursos repassados à Executora poderão ser aplicados no mercado financeiro somente em instituição financeira oficial, sendo os resultados dessas aplicações revertidos, exclusivamente, aos objetivos do Contrato de Gestão, ficando a Executora responsável por eventual perda financeira decorrente de aplicação no mercado financeiro, a qual deverá ser comunicada imediatamente ao Órgão Supervisor.

A não aplicação dos recursos disponíveis em fundos de rentabilidade desrespeita os princípios da economicidade e da eficiência, previstos na administração pública, evidenciando problemas de gestão e organização financeira.

Conclusão: Não Conformidade

VERIFICAÇÃO 15 – Descumprimento da IN nº 12/2020

A Secretaria de Estado da Administração (SEA), enquanto Coordenadora do Programa das Organizações Sociais (CPROS) no Estado, publicou a IN n. 12/2020:

Art. 1º Os recursos públicos estaduais recebidos pelas Organizações Sociais, em decorrência de contrato de gestão

Red. GEMOS

Rua Esteves Júnior, 160 - 11º andar. Centro - Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8984 – 3664-5590 – 3664 -5591

e-mail: gemoss@saude.sc.gov.br



firmado com o Estado de Santa Catarina, deverão ser mantidos em instituição financeira oficial, em conta bancária única, específica e exclusiva, em observância ao ordenamento jurídico vigente.

Apesar da normativa, o IMAS manteve recursos nos Bancos Itaú e Unicred, conforme demonstrado no Tabela 2. Além disso, as contas movimentadas no Banco do Brasil não estavam em formato massificado, conforme definido pela Controladoria Geral do Estado (CGE).

Diante da demora de atendimento a Organização Social foi notificada pela SES e em 09/12/2022 a direção do HRA, finalmente informou a agência bancária que iria utilizar, possibilitando então os procedimentos formais da Secretaria e Controladoria de efetuar a abertura das contas conforme a exigência.

A manutenção de recursos em instituições financeiras não previstas na normativa, a utilização de contas em formato não massificado e a demora na definição da agência bancária a ser utilizada pela Organização Social resultaram em inconsistências operacionais e atrasos na execução dos procedimentos exigidos. Tais condutas contribuíram para comprometer a padronização e a rastreabilidade do processo, em desacordo com os parâmetros estabelecidos.

Conclusão: Não conformidade

VERIFICAÇÃO 16 – Transações financeiras indevidas

Foram identificadas movimentações financeiras a título de empréstimos no valor de R\$ 6.242.591,23 entre os contratos de gestão do Hospital Regional de Araranguá (HRA), do Hospital Florianópolis (HF) e a Matriz do IMAS, que divergem do previsto no contrato de gestão 004/2018/HRA:

5.12. No caso da Organização Social ser Executora de mais de um Contrato de Gestão, fica vedado o empréstimo de recursos financeiros entre as diferentes unidades.

Considerando o descumprimento contratual foi autuado processo nº SES 185505/2022 e diante da ausência de respostas a Organização Social foi notificada por meio do processo nº SES 201711/2022. Oportunidade que esclareceu:

Ao assumir a gestão do Hospital Regional de Araranguá na data de 14 de novembro de 2018, o Instituto Maria Schmitt reconheceu em caráter de sucessão trabalhista os funcionários do Hospital, acarretando os custos de férias e rescisões. Não é demais salientar, que tal desembolso gerou impacto financeiro a esta Organização Social, acarretando em desequilíbrio financeiro, o qual foi inúmeras vezes reportadas a esta Pasta.

Cumpre-nos mencionar, conforme prevê a legislação, as Organizações Sociais são regidas por recursos de adiantamento, ou seja, estas recebem o recurso para pagamento das despesas e posteriormente prestam contas. Nesse viés, destaca-se que a não observância por parte da SES, em determinados períodos ocasionaram tais necessidades de empréstimos. Cabe lembrar que Organizações Sociais são entidades sem fins lucrativos e, portanto, não possuem recursos próprios para efetuar aportes.

A movimentação dos empréstimos se deu da seguinte maneira:

Tabela 6 - Empréstimos



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DOS HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
DIRETORIA DE SUPERVISÃO E CONTROLE DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
GERÊNCIA DE MONITORAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Movimentação dos Recursos	Data do Recebimento	Data do Pagamento	Valores Movimentados
HF > HRA	03/01/2022	31/01/2022	1.700.000,00
HF > HRA	10/01/2022	31/01/2022	180.000,00
HF > HRA	03/02/2022	25/02/2022	1.500.000,00
HF > HRA	03/03/2022	30/03/2022	900.000,00
HF > HRA	14/04/2022	29/04/2022	107.276,01
HF > HRA	05/05/2022	30/05/2022	300.000,00
HF > HRA	11/05/2022		200.000,00
HF > HRA	01/06/2022	01/06/2022	320.000,00
HF > HRA	07/06/2022	30/06/2022	320.000,00
Matriz > HRA	15/07/2022	29/07/2022	20.000,00
Matriz > HRA	20/07/2022		33.000,00
Matriz > HRA	21/07/2022		70.000,00
Matriz > HRA	25/07/2022		92.000,00
Matriz > HRA	11/08/2022	30/08/2022	150.000,00
HF > HRA	26/08/2022	30/08/2022	50.000,00
Matriz > HRA	15/09/2022	30/09/2022	23.000,00
Matriz > HRA	16/09/2022		277.315,22
Total			6.242.591,23

Fonte SIPEF: Aba Financeiro

Embora os valores tenham sido devidamente devolvidos - incluindo os rendimentos no valor de R\$ 36.890,63, creditados ao HF, correspondentes ao período em que os recursos permaneceram sob a posse do HRA – a não conformidade pela movimentação irregular permanece.

Conclusão: Não Conformidade

VERIFICAÇÃO 17 – Ausência de receita de aluguel

No período da prestação de contas identificou-se apenas 11 recebimentos do aluguel da lanchonete e 11 da clínica de Nefrologia

Tabela 7 – Receitas extracontratuais com aluguel

Mês da PC (pagamento)	Mês Referência do Aluguel	Lanchonete	Clínica
Janeiro/2022	dez/21		10.150,00
	jan/22	1.690,00	10.150,00
Fevereiro/2022	fev/22	1.690,00	10.150,00
Março/2022	mar/22	1.690,00	11.650,30
Abril/2022	abr/22	1.690,00	11.650,30
Mai/2022	mai/22	1.690,00	11.650,30
Junho/2022	jun/22	1.690,00	11.650,30
Julho de 2022	jul/22	1.690,00	11.650,30
Agosto de 2022	ago/22	1.690,00	11.650,30
Setembro de 2022	set/22	1.690,00	11.650,30
Outubro de 2022	out/22	1.690,00	0,00
Novembro de 2022	nov/22	1.690,00	11.650,30
Dezembro de 2022	dez/22	0,00	11.650,30
Total		18.590,00	135.302,70

Fonte SIPEF: Aba Financeiro

Necessário ressarcir ao contrato de gestão o valor de R\$ 13.340,30

Conclusão: Não Conformidade

Red. GEMOS

Rua Esteves Júnior, 160 - 11º andar. Centro - Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8984 – 3664-5590 – 3664 -5591

e-mail: gemoss@saude.sc.gov.br



VERIFICAÇÃO 18 - Despesas indevidas

Nas análises foram identificados pagamentos indevidos com juros, multas e protesto em cartório:

(i) Acréscimo de juro e multa no total de R\$ 18.120,84 em pagamentos a fornecedores, foram 55 lançamentos no decorrer do exercício;

(ii) Os extratos bancários evidenciaram a cobrança bancária de juros pelo saldo devedor em conta corrente no valor de R\$ 37.604,47;

(iii) Pendências com fornecedores resultaram em protesto em cartório no valor de R\$ 1.316,91;

Tabela 8 - Despesas indevidas com juro, multa e protesto em cartório

Mês/período PC	Juro/Multa a Fornecedor	Juros por saldo devedor	Juro/Multa Cartório	Total Geral
Janeiro	5.814,23			57.042,22
Fevereiro	2.397,12		1.316,91	
Março	32,66	1.668,22		
Maio	928,67	95,84		
Junho	157,07			
Julho	3.296,06	11.413,80		
Agosto	1.572,78	11.531,65		
Setembro	3.428,50	12.894,96		
Outubro	84,95			
Novembro	408,80			
Total	18.120,84	37.604,47	1.316,91	

Fonte SIPEF: Aba Financeiro e Extratos Bancários

A SES solicitou/reiterou a recomposição dos valores ao CG, no entanto, a Unidade, via SIPEF, apresentou a mesma justificativa para todas as situações, citando o Decreto nº 1196 de 21 de junho de 2017 que regulamenta a Lei nº 13.019 de 2017, regrando os procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Estadual e as organizações da sociedade civil (OSCs):

... Art. 39. A parceria deverá ser executada com estrita observância ao plano de trabalho, às cláusulas e finalidades pactuadas, observado o previsto no art. 45 da Lei federal nº 13.019, de 2014, e as seguintes vedações: I – realizar despesas: a) com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Estadual no repasse de recursos financeiros;

Verifica-se ainda, que na época dos fatos, a Secretaria de Estado da Saúde não efetuava os repasses conforme estabelecido no Contrato de Gestão nº 04/2018... e, portanto, não deve ser penalizada por tal ato.

O decreto citado regulamenta a Lei Federal n.13.019/2014 que “estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil” e não das Organizações Sociais, que é regida pela Lei Federal nº 9.637/1998, que diz:

Art.3º Não se aplicam as exigências desta lei:



III - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

Além disso, a Procuradoria Geral do Estado emitiu o Parecer n. 452/20-PGE que conclui:

Ante o exposto, opina-se pela impossibilidade de utilização de recursos repassados pelo Estado para o pagamento de juros e multas advindas do relacionamento da OS com seus fornecedores, bem como de juros decorrentes de empréstimos bancários por ela contratados, não previstos no contrato de gestão.

Necessário ressarcimento ao contrato de gestão dos valores dispensados de forma inadequada, no total de R\$ 57.042,22. As informações detalhadas constam no Anexo I deste relatório.

Conclusão: Não Conformidade.

VERIFICAÇÃO 19 – Pagamento maior que o devido

Transferido o valor maior em R\$ 54,55 em relação ao valor devido em janeiro/2022. sem recomposição do valor ao CG referente a adiantamento de férias. Valor pago R\$ 3.461,20, valor devido R\$ 3.406,65.

Finalizadas as possibilidades de correção por SIPEF foi questionado via Ofício 211/2022, SES 112520/2022, a administração apresentou os documentos confirmando o erro, mas sem ressarcimento ao contrato. Mantida a pendência em R\$ 54,55

Conclusão: Não conformidade.

VERIFICAÇÃO 20 – Pendências com tributos

Não foram identificados todos os comprovantes de pagamentos referentes aos impostos e contribuições (sobre a folha, prestadores de serviços e fornecedores) descumprindo cláusula contratual:

Cláusula Terceira – as Obrigações das Partes

3.1 O permissionário se compromete a:

f) Responsabiliza-se pelas despesas com impostos, taxas, multas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os bens cedidos, devendo encaminhar os respectivos comprovantes de recolhimento à PERMITENTE;

Autuado processo nº SES 44360/2023 para apresentação dos comprovantes de pagamentos dos tributos devidos e atualmente o processo está na Diretoria de Auditoria do SUS (DIAS) para análise específica. A pendência antecede ao exercício 2022.

Conclusão: Não conformidade

VERIFICAÇÃO 21 – Composição do Fundo de Reserva

O contrato de gestão nº 004/2018 prevê a composição de fundo de reserva:

CLÁUSULA QUINTA — DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



5.9. A Executora deverá formar Fundo de Reserva, em conta específica de sua titularidade, para cobrir eventuais condenações judiciais decorrentes de responsabilidade civil e trabalhistas, além de autuações administrativas impostas à Executora, em decorrência do cumprimento do objeto do Contrato de Gestão, conforme regulamentação abaixo:

5.9.1. O Fundo será constituído mensalmente pela Executora, na proporção de 1/12 da subvenção mensal devida na competência, até o limite total do valor correspondente a dois repasses mensais.

Conforme Tabela 2, o saldo em conta específica do Fundo de Reserva era de R\$ 409.539,20 quando deveria ser de R\$ 8.439.671,00 - considerando o valor da parcela no ato da assinatura do contrato n. 004/2018, em 14/11/2018 de 4.219.835,50.

Conclusão: Não Conformidade

V – CONCLUSÃO

Assim, conclui-se a análise da prestação de contas do período de 01/01/2022 a 31/12/2022 do Hospital Regional e Policlínica de Araranguá com três apontamentos aprovados, cinco erros formais, cinco ressalvas e oito não conformidades, que foram detalhados no presente relatório.

Abaixo segue quadro resumo:

Quadro 4 – Resumo das verificações

Verificação	Conclusão
VERIFICAÇÃO 1 – Regularidade no envio das prestações de contas – Matriz 0200	Aprovado
VERIFICAÇÃO 2 – Extratos	Aprovado
VERIFICAÇÃO 3 – Comprovação de despesa por relatório	Aprovado
VERIFICAÇÃO 4 – Erros operacionais	Erro formal
VERIFICAÇÃO 5 – Falta de padronização e qualidade no campo “Participante”	Erro formal
VERIFICAÇÃO 6 – Falta de padronização e qualidade no campo “Operação”	Erro formal
VERIFICAÇÃO 7 – CNPJ do HRA	Erro formal
VERIFICAÇÃO 8 – Ausência de 34 comprovantes	Erro formal
VERIFICAÇÃO 9 – Ausência de assinaturas	Ressalva
VERIFICAÇÃO 10 – Ausência de orçamentos, cotações ou pesquisas de preços	Ressalva
VERIFICAÇÃO 11 – Orçamento inadequado	Ressalva
VERIFICAÇÃO 12 – Pagamento indevido – bloqueio judicial	Ressalva
VERIFICAÇÃO 13 – Despesas com consultorias	Ressalva
VERIFICAÇÃO 14 – Recursos financeiros mantidos em conta corrente	Não conformidade
VERIFICAÇÃO 15 – Descumprimento da IN nº 12/2020	Não conformidade
VERIFICAÇÃO 16 – Transações financeiras indevidas	Não conformidade
VERIFICAÇÃO 17 – Ausência de receita de aluguel	Não conformidade
VERIFICAÇÃO 18 – Despesas indevidas	Não conformidade
VERIFICAÇÃO 19 – Pagamento maior que o devido	Não conformidade
VERIFICAÇÃO 20 – Pendências com tributos	Não conformidade
VERIFICAÇÃO 21 – Composição do Fundo de Reserva	Não Conformidade

Fonte Resumo Relatório 001.2022/HRA



VI – SUGESTÃO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos este relatório à Comissão de Avaliação e Fiscalização (CAF) para providências sobre eventual responsabilização da Organização Social e demais encaminhamentos.

Ainda, independente do disposto no parágrafo anterior, sugerimos seja encaminhado para a OS as recomendações abaixo:

1. A realização de ações de qualificação técnica da equipe pela Organização Social, com o objetivo de conscientizar quanto às responsabilidades na gestão de recursos públicos e reduzir a ocorrência de erros nas informações prestadas;
2. A adoção de medidas corretivas e o aprimoramento dos controles internos, visando garantir maior conformidade documental, financeira e operacional;
3. A reavaliação dos procedimentos administrativos internos, com foco na padronização de processos e no cumprimento dos requisitos estabelecidos nos documentos normativos e na legislação vigente;
4. A restituição de valores ao erário, nos casos e valores em que a Comissão entender confirmadas as irregularidades materiais.

Atenciosamente,

Tatiana Bez Batti Titericz
Superintendente dos Hospitais Públicos
Estaduais

Janine Silveira dos Santos Siqueira
Diretora de Supervisão e Controle das
Organizações Sociais

Tatiana Pino Gomes
Gerente de Monitoramento das Organizações Sociais



Anexo I – Despesas indevidas

Tabela 1 – Detalhamento dos pagamentos de despesas indevidas

PC	Participante	Data Pagamento	Valor Pago	Valor Juro/Multa	
jan-22	Contato Internet Ltda Epp	26/01/2022	1.888,94	43,66	5.814,23
	Cirúrgica Santa Cruz Com. Produtos Hospitalares	31/01/2022	394,33	86,28	
	Instituto Maria Schmitt	31/01/2022	162.276,36	5.684,29	
fev-22	Celesc Distribuição Sa	14/02/2022	106.347,85	1.890,64	3.714,03
	1º Tab de Notas, Registro de Imoveis E Protestos	16/02/2022	1.316,91	1.316,91	
	Nacional Gas Butano Distribuidora Ltda	16/02/2022	1.638,29	63,01	
	Nacional Gas Butano Distribuidora Ltda	16/02/2022	1.797,18	75,74	
	Programa Nacional de Controle de Qualidade Ltda	25/02/2022	649,40	24,60	
	Programa Nacional de Controle de Qualidade Ltda	25/02/2022	592,14	54,06	
	Receita Federal	21/02/2022	69.756,03	229,43	
	Receita Federal	21/02/2022	18.134,15	59,64	
mar-22	IMAS - juros saldo devedor	02/03/2022	1.668,22	1.668,22	1.700,88
	Cointer Material Médico Hospitalar Ltda	29/03/2022	888,74	32,66	
mai-22	IMAS - juros saldo devedor	02/05/2022	95,84	95,84	1.024,51
	Albertina Bittencourt Guizzo	02/05/2022	18.609,58	694,08	
	Comapreis Ltda	16/05/2022	3.578,66	148,48	
	Mef Equipamentos Médicos E Hospitalares Ltda	16/05/2022	4.186,11	86,11	
jun-22	Oi S.a.	01/06/2022	78,71	1,60	157,07
	Oi S.a.	01/06/2022	78,73	1,62	
	Cointer Material Médico Hospitalar Ltda	02/06/2022	3.287,90	39,98	
	STOCK MED PROD MEDICOS HOSPITALARES	03/06/2022	1.229,20	46,20	
	Mic Serviços de Esterilizações Ltda	10/06/2022	267,47	67,67	
jul-22	IMAS - juros saldo devedor	01/07/2022	11.413,80	11.413,80	14.709,86
	H Educa Soluções Financeiras	01/07/2022	25.359,31	754,49	
	H Educa Soluções Financeiras	04/07/2022	4.933,42	107,71	
	Cointer Material Médico Hospitalar Ltda	12/07/2022	806,73	132,53	
	Oi S.a.	13/07/2022	150,41	3,51	
	Oi S.a.	13/07/2022	1.368,69	29,02	
	Oi S.a.	13/07/2022	185,46	3,93	
	Cirúrgica Santa Cruz Com. Produtos Hospitalares	19/07/2022	942,24	29,24	
	Londricir Com.de Mat.hospitalar Ltda	20/07/2022	6.543,48	112,31	
	H Educa Soluções Financeiras	25/07/2022	24.034,91	547,93	
	Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda	27/07/2022	269,76	5,00	
	Cirúrgica Santa Cruz Com. Produtos Hospitalares	28/07/2022	637,80	19,80	
	Mef Equipamentos Médicos E Hospitalares Ltda	29/07/2022	4.152,60	102,60	
	Programa Nacional de Controle de Qualidade Ltda	29/07/2022	563,52	25,44	
	Associacao Saude Sao Jose	29/07/2022	13.966,40	314,00	
	Mef Equipamentos Médicos E Hospitalares Ltda	29/07/2022	18.712,28	462,28	
	H Educa Soluções Financeiras	29/07/2022	23.569,80	529,82	
	Associacao Saude Sao Jose	29/07/2022	3.924,86	88,25	
	ENDOTECH COM IMP E EXP	29/07/2022	7.073,70	28,20	
ago-22	IMAS - juros saldo devedor	01/08/2022	11.531,65	11.531,65	13.104,43
	PI Produtos Para Saude Eireli	04/08/2022	8.934,43	351,83	
	Soma-sc Hospitalar	04/08/2022	890,89	62,89	
	Vigilancia radar	04/08/2022	262,08	15,19	
	Advance Equip. Médicos E Hospitalares Ltda	30/08/2022	13.700,52	403,27	
	H Educa Soluções Financeiras	30/08/2022	23.143,35	527,61	
	Mic Serviços de Esterilizações Ltda	31/08/2022	328,09	2,39	
	Tecno Eletro Soluções Elétricas	31/08/2022	1.645,25	209,60	
set-22	IMAS - juros saldo devedor	01/09/2022	12.894,96	12.894,96	16.323,46
	Rota Sul Hospitalar Ltda Epp	08/09/2022	1.720,00	241,60	

Red. GEMOS

Rua Esteves Júnior, 160 - 11º andar. Centro - Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8984 – 3664-5590 – 3664 -5591

e-mail: gemos@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DOS HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
DIRETORIA DE SUPERVISÃO E CONTROLE DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
GERÊNCIA DE MONITORAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

	Medilar Imp. Distr. Prod. Médico Hospitalares Ltda	09/09/2022	8.249,33	1.066,98	
	Prefeitura Municipal de Ararangua	22/09/2022	1.476,27	50,67	
	Medilar Imp. Distr. Prod. Médico Hospitalares Ltda	30/09/2022	5.731,58	2.068,80	
	NEXTI DESENV DE SISTEMAS	30/09/2022	428,14	0,45	
out-22	Oi S.A.	14/10/2022	75,60	3,96	84,95
	Prefeitura Municipal de Ararangua	18/10/2022	1.476,62	50,66	
	Oi S.A.	21/10/2022	185,48	3,96	
	Oi S.A.	21/10/2022	1.230,97	26,37	
nov-22	Serviço Autonomo Municipal de Água E Esgoto	24/11/2022	4.641,22	49,63	408,80
	Serviço Autonomo Municipal de Água E Esgoto	24/11/2022	14.932,60	359,17	
Total Geral			660.848,94	57.042,22	

Fonte: SIPEF Aba Financeiro



Assinaturas do documento



Código para verificação: **ZL9K11U9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



TATIANA PINO GOMES (CPF: 933.XXX.309-XX) em 31/07/2025 às 23:13:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:11:18 e válido até 13/07/2118 - 15:11:18.

(Assinatura do sistema)



JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA (CPF: 032.XXX.819-XX) em 01/08/2025 às 08:09:56

Emitido por: "SGP-e", emitido em 09/11/2021 - 14:26:24 e válido até 09/11/2121 - 14:26:24.

(Assinatura do sistema)



TATIANA BEZ BATTI TITERICZ (CPF: 006.XXX.009-XX) em 01/08/2025 às 10:14:51

Emitido por: "SGP-e", emitido em 06/09/2022 - 13:29:10 e válido até 06/09/2122 - 13:29:10.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNzg3ODVfMTgwMzlwXzlwMjVfWkw5SzExVTk=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00178785/2025** e o código **ZL9K11U9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.